

/ PALAVRA DO LEITOR

Qualidade do ensino

O Rio Grande do Sul registrou um salto na educação, assumindo o 5º lugar no ranking nacional, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2025. (*Jornal do Comércio, edição de 06/08/2026*). Esse resultado é fruto de duas situações vergonhosas. Uma é a aprovação compulsória de alunos que não teriam condições de serem aprovados. Isso eleva a média geral do aproveitamento. A outra é que nós não crescemos muito nos índices, a média ainda fica na casa de 4 ou 5. Porém, o resto do Brasil é que está muito mal também. Ganhamos posições porque outros estados pioraram. (*Dionisio Hatzenberger*)

Qualidade do ensino II

Estamos na metade do ano e a grande maioria das escolas não tem professores de Matemática e Português, que são as disciplinas cobradas na avaliação do Ideb. (*Alex Rodrigues*)

Qualidade do ensino III

Parabenizo os professores que, apesar de todo descaso do governo, se mantêm lutando por um ensino melhor. Os dados não representam um melhor aprendizado em sala de aula; são mascarados por aprovações automáticas, resultado de muita pressão em cima dos professores. As escolas seguem se deteriorando, com falta de recursos e de pessoal, e as bibliotecas fechadas. (*Fabi Santos*)

Fraude no azeite

Laudos oficiais apontam azeites vendidos como extravirgem em categoria inferior (JC, 06/08/2026). Se confirmada a fraude, as punições devem ser severas. Para além de uma simples questão de escolha de marca de produto, azeites classificados como apenas virgens causam prejuízos à saúde de pessoas que necessitam dos benefícios unicamente encontrados nos puramente extravirgens. Podemos estar diante de um escandaloso crime setorial contra a saúde de um número indeterminado de consumidores. (*Maicon Marques*)

Concessão de aeroportos

A concessão de aeroportos regionais deve impulsionar a modernização de terminais (JC, 29/07/2026). Em termos de infraestrutura aeroportuária, o Rio Grande do Sul só tem o Salgado Filho como destaque, enquanto os terminais do interior gaúcho perdem para cidades menores do Paraná e Santa Catarina. A concessão é necessária. (*João Mauricio Hack Cardozo*)

Concessão de aeroportos II

Essa é uma excelente notícia para o Interior do Rio Grande do Sul. Os aeroportos de Santo Ângelo e de Passo Fundo vão se juntar a outros terminais na mesma condição, como Uruguaiana, Pelotas e Bagé. (*Wesley Puygserver*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

A mudança da IA nos pequenos varejos

Leandro Becker

O comércio passou por muitas mudanças nos últimos anos com o avanço da tecnologia. Com isso, o setor varejista também é afetado pelas constantes transformações, principalmente em decorrência da Inteligência Artificial. Além do uso para contato com clientes, bots e criação de imagens e vídeos, a IA pode auxiliar os varejistas a gerenciar estoques, reduzir custos e apoiar decisões estratégicas.

Uma pesquisa anual da NVIDIA aponta que 91% dos entrevistados afirmaram usar ativamente IA em suas empresas ou consideram sua implementação. Com ferramentas cada vez mais acessíveis, empreendedores têm encontrado novas formas de vender, se relacionar com clientes e administrar seus negócios. O que antes parecia uma realidade restrita às grandes empresas hoje faz parte da rotina de pequenos comerciantes.

Para varejistas com equipes reduzidas, a tecnologia surge como uma oportunidade de ganhar produtividade sem perder a proximidade com o consumidor. Criação de conteúdos para redes sociais, campanhas promocionais, atendimento automatizado e organização de tarefas estão entre as possibilidades oferecidas. Assim, sobra mais tempo para que o empreendedor se dedique às vendas, ao planejamento e ao relacionamento com os clientes.

Outro aspecto importante é a melhoria da ex-

periência de compra. A IA permite oferecer uma jornada mais ágil, com comunicação instantânea, respostas rápidas e acesso facilitado às informações sobre produtos e serviços, proporcionando uma experiência mais eficiente, sem abrir mão de um relacionamento próximo e humanizado.

Ao mesmo tempo, é importante compreender que a Inteligência Artificial não substitui o que faz a diferença no pequeno varejo: a confiança construída ao longo do tempo e o conhecimento que o lojista tem sobre seu público. Ela deve potencializar essas qualidades.

Apesar das facilidades, o futuro do varejo não depende apenas da IA, mas da forma como será utilizada para gerar valor aos negócios. Quem conseguir equilibrar inovação, eficiência operacional e relacionamento genuíno com seus clientes estará mais preparado para enfrentar os próximos desafios do mercado. A IA deve ser encarada como uma aliada para ampliar a competitividade dos pequenos varejos em um cenário de constantes transformações.

CEO do Pop Center

O orçamento vilipendiado

Telmo Aparício Silveira

A estrutura da República sustenta-se na tripartição dos Poderes: ao Legislativo cabe criar leis e fiscalizar; ao Executivo, a gestão e execução do orçamento. No entanto, o avanço desenfreado das emendas parlamentares promoveu uma perigosa erosão orçamentária. Ao assumirem o papel de “ordenadores de despesas”, deputados e senadores desvirtuam sua função constitucional, transformando o orçamento público em um balcão de negócios que compromete a eficiência do Estado.

O argumento de que as emendas aproximam o recurso das bases é uma falácia que mascara a usurpação de competência. O planejamento de políticas públicas exige visão macroestratégica, técnica e impessoal – prerrogativas do Executivo.

Quando um parlamentar retira do governo a capacidade de decidir onde aplicar recursos para investir em obras pontuais de seu interesse político, fragmenta o planejamento nacional em favor de ganhos paroquiais. O resultado é um mosaico de intervenções desconexas, moldadas pela con-

veniência eleitoral.

A explosão das emendas impositivas criou uma distorção sem precedentes. Nesse cenário, bilhões são pulverizados sem transparência e responsabilidade. Ministérios, que deveriam planejar, viraram repassadores de verbas, enquanto governantes locais tornaram-se reféns dos parlamentares. Em vez de cobrar do Executivo a execução de políticas eficientes, passaram a gerir o próprio quinhão do tesouro, eliminando a distância necessária entre quem fiscaliza e quem executa. Como pode o Legislativo fiscalizar com rigor uma verba que ele mesmo indicou e cujos dividendos colherá? Abre-se caminho aí para fraudes e a total falta de transparência na aplicação dos recursos públicos.

É urgente resgatar a essência da Constituição. Devolver ao Executivo a exclusividade da execução orçamentária é um imperativo ético e democrático. O dinheiro dos tributos deve financiar um projeto de País estruturado, e não manter feudos políticos à base de verbas públicas. O orçamento deve servir à sociedade, sob a gestão técnica de quem administra e a fiscalização isenta de quem representa. Sem essa separação, a democracia seguirá sendo a principal vítima deste leilão institucional, onde o planejamento de longo prazo sempre cederá lugar ao fisiologismo destruidor.

Advogado

